

Associativismo, profissões e políticas públicas

III Seminário Nacional de Trabalho e Gênero

Gênero, reestruturação e precarização nas relações de trabalho

As metamorfoses no mundo do trabalho e crise e perspectivas do movimento operário-sindical

José de Lima Soares

**Trabalho apresentado
no III Seminário
Nacional de Trabalho
e Gênero no
departamento de
Ciências Sociais da
Universidade Federal
de Goiás**

Goiânia – GO
2010

**AS METAMORFOSES NO MUNDO DO TRABALHO E CRISE E PERSPECTIVAS
DO MOVIMENTO OPERÁRIO-SINDICAL**

Resumo: É proposta deste trabalho, analisar as grandes mudanças no mundo do trabalho, a reestruturação produtiva, impostas pelo capital - ao longo dos anos 1990/2000. Tomamos como ponto de partida a dialética lei do desenvolvimento desigual, combinado e contraditório das sociedades contemporâneas mediadas por um intenso processo de globalização capitalista. O centro da investigação parte da premissa de que tanto nos países centrais como nos periféricos, a situação das classes trabalhadoras e de suas entidades de classe trazem, respectivamente, as marcas de origem da exclusão social, do desemprego estrutural, superexploração do trabalho, da precarização e do que se convencionou chamar de a crise do sindicalismo. O processo de reestruturação produtiva no Brasil repete outras experiências do mundo industrializado no que diz respeito aos modos de intensificação e exploração do trabalho e à redução de direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo do século. Os problemas do sindicalismo, diante das novas formas de gestão da produção, da ‘terceirização’ e da precarização do trabalho não são muito diferentes daqueles que se colocam para os sindicatos em outros países.

Palavras-chave: Trabalho, sindicalismo, reestruturação produtiva.

As grandes mudanças no mundo do trabalho, a reestruturação produtiva, impostas pelo capital - ao longo dos anos 1990/2000 - encontram sua expressão maior na dialética lei do desenvolvimento desigual, combinado e contraditório das sociedades contemporâneas e mediadas por um intenso processo de globalização capitalista. Nesse contexto, de acordo com Ramalho (1997), tanto nos países centrais como nos periféricos, a situação das classes trabalhadoras e de suas entidades de classe trazem, respectivamente, as marcas de origem da exclusão social, do desemprego estrutural, superexploração do trabalho, da precarização e do que se convencionou chamar de a crise do sindicalismo.

Segundo Ramalho (1997), o processo de reestruturação produtiva no Brasil repete outras experiências do mundo industrializado no que diz respeito aos modos de intensificação e exploração do trabalho e à redução de direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo do século. Os problemas do sindicalismo, diante das novas formas de gestão da produção, da ‘terceirização’ e da precarização do trabalho não são muito diferentes daqueles que se colocam para os sindicatos em outros países. No entanto, o movimento sindical brasileiro conseguiu um lugar de proeminência no cenário político e econômico dos últimos anos. De modo paradoxal enfrenta a crise trazida pela reestruturação com um certo poder de barganha obtido por meio das lutas e greves de um passado recente e com um ainda surpreendente poder de pressão para negociar alternativas às atuais formas de desenvolvimento econômico e

apoiar projetos políticos que tratem dos problemas estruturais de desigualdade social no país” (Ramalho, 1997: 85-86).

Assim, as categorias de trabalhadores mas bem organizadas e mobilizadas tendem a conseguir os melhores acordos, criando um fosso entre os trabalhadores em tempo parcial, terceirizados, precarizados e os mais bem pagos e especializados, prevalecendo com isso os interesses de uma força de trabalho mais estável, os sindicalizados etc. Enquanto isso, reforça-se a exclusão social de parcelas significativas de trabalhadores, o que implicará na quebra da unidade e da solidariedade de classes.

Para Boito Jr., a heterogeneidade das classes trabalhadoras é muito grande. Atributos como estar ou não estar empregado, possuir ou não possuir registro em carteira, trabalhar no setor oligopolizado da economia ou no setor concorrencial e outros são responsáveis por uma desigualdade socioeconômica muito grande no universo da força de trabalho ativa do país. A tendência ao neocorporativismo tem sido uma constante nos setores mais bem pagos e com maior poder de pressão das classes trabalhadoras. Esses setores tendem a se descolar do restante do movimento, isto é, a se isolar das demais categorias pro fissionais ou, o que é mais comum, a se isolar dos demais setores que fazem parte de sua categoria legal e de seu sindicato oficial. Esse é o caso do operariado da indústria automobilística frente aos sindicatos de metalúrgicos e dos empregados de bancos estatais mais poderosos, como Banco do Brasil e o Banespa frente aos sindicatos de bancários (Boito Jr., 1994: 25).

Com isso, inúmeros desafios se colocam para o sindicalismo. Nesse sentido, algumas indagações levantadas por Ricardo Antunes (1997a) parecem ter bastante pertinência:

- Serão capazes, os sindicatos, de romper com a enorme barreira social que separa os trabalhadores estáveis, em processo franco de redução, daqueles trabalhadores em tempo parcial, precarizados, presentes na chamada ‘economia informal’, em significativa expansão no presente cenário mundial? Serão capazes de organizar os desorganizados, os terceirizados, e com isto inverter as taxas de dessindicalização, presentes nas principais economias capitalistas?
- Serão capazes de romper com o novo corporativismo (ou seja, não se trata de um corporativismo estatal, tão vigente nas relações entre capital e trabalho, mas sim de um neocorporativismo societal, excludente, parcializado e que preserva e acentua o caráter fragmentado das classes trabalhadoras), que defende exclusivamente suas respectivas categorias pro fissionais, abandonando ou diminuindo fortemente os seus conteúdos mais acentuadamente classistas? Do mesmo modo, serão capazes de romper com os

movimentos xenófobos, ultranacionalistas, com apelo ao racismo e as ações contra os trabalhadores oriundos dos países subordinados, do chamado Terceiro Mundo?

- Serão capazes de romper com a tendência crescente da excessiva institucionalização e burocratização, que tão fortemente tem marcado o movimento sindical em escala global e que o distancia das suas bases sociais, aumentando ainda mais o fosso entre as instituições sindicais e os movimentos sociais autônomos?
- Seguindo a lógica do desenvolvimento desigual, combinado e contraditório do capitalismo, os sindicatos serão capazes de reverter a tendência, desenvolvida a partir do toyotismo, hoje também avançando em escala global, que consiste em reduzir a ação sindical ao âmbito exclusivamente fabril, ao chamado sindicalismo de empresa, mais vulnerável e atado ao comando patronal?
- Serão capazes de romper a barreira, imposta pelo capital, entre luta sindical e luta parlamentar, entre luta econômica e luta política, articulando e fundindo as lutas sociais, extra parlamentares, que dão as ações de classe, com as suas ações no âmbito da institucionalidade, que são importantes, mas claramente secundárias em relação as primeiras?

Ao longo deste trabalho, procurei situar, em linhas gerais, os contornos centrais da globalização capitalista e as principais mudanças no mundo do trabalho - bem como a crise do sindicalismo -decorrentes deste processo. Nesse sentido, estou cômico de que urna vasta gama de fatores acabaram influenciando essas grandes mudanças que, de urna forma ou de outra, passaram a incidir diretamente sobre a sociedade do trabalho. Assim, talvez possa concluir este trabalho, levantando alguns aspectos da abordagem apreendida pelo pesquisador Iram Jácome Rodrigues (1997) sobre o novo sindicalismo, e que já tive a oportunidade de fazer ressalva em *Sindicalismo no ABC Paulista: Reestruturação Produtiva e Parceria* (Soares, 2006):

- O processo de globalização econômica estaria criando as condições para um novo paradigma do trabalho. A experiência japonesa, por exemplo, bem como outros casos mais recentes, apontariam tendências de substituição da produção em massas para um novo tipo de organização econômica e do trabalho baseadas na produção flexível;
- O antigo modelo taylorista-fordista está vivendo uma crise em decorrência do surgimento de um novo sistema de produção, que se caracteriza por: descentralização do processo de produção; terceirização generalizada; diminuição dos níveis hierárquicos nas empresas; organização econômica baseada em redes; inovações na

microeletrônica e na área de telecomunicações e demais inovações tecnológicas e organizacionais poupadoras de mão-de-obra;

- Essas transformações econômicas vêm ocasionando um agravamento da crise fiscal, obrigando a um redimensionamento do papel e das funções do Estado na sociedade moderna;
- Essas profundas mudanças na organização econômica implicam alterações no papel do trabalho na sociedade contemporânea levando, por extensão, a uma crise sem precedentes do sindicalismo internacional;
- A globalização implica o aumento da produtividade e da competitividade nas empresas levando a uma redução significativa no emprego industrial;
- No âmbito do trabalho, esse processo leva as últimas conseqüências à competição entre os trabalhadores das diferentes empresas. Em outras palavras, a unidade de interesses da classe trabalhadora estaria sendo rompida por essa prática, levando a uma ampla fragmentação da organização dos trabalhadores;
- A redução setorial no emprego, provocada pela absorção de novas tecnologias e, principalmente, das atuais formas de gestão e organização do trabalho não é totalmente compensada pelo aumento da ocupação nos demais setores da atividade.

Neste contexto, o sindicalismo brasileiro particularmente o chamado novo sindicalismo - que emergiu, com muita força, na esteira do movimento grevista, no fim dos anos 70 e início dos 80, no confronto direto com a ditadura militar, e na perspectiva de ruptura com o *peleguismo* e a velha estrutura sindical corporativista, herdados da era Vargas e do fascismo italiano, também não passou imune à crise.

A ofensividade do capital sobre o trabalho, com o desemprego estrutural, as inovações tecno-organizacionais, a reestruturação produtiva, e, por si vez, a ausência de uma perspectiva estratégica clara de enfrentamento com o patronato e os governo, associada ao definhamento das organizações e os partidos de esquerda, a fragilidade das organizações por locais de trabalho (OLTs), sobretudo as Comissões de Fábrica (CFs) e de empresa, CIPAS combativas, grupos de fábrica etc., além da supremacia de uma política que privilegia sobremaneira o campo institucional e acordos tripartites, câmaras setoriais em detrimento da retomada das lutas tudo isso acabou conduzindo movimento sindical a uma política de corte neocorporativista, e ao defensivismo de novo tipo. Isso sem falar de outras centrais sindicais consideradas como conservadoras (CGTs, Força Sindical etc), do sindicalismo sem resultados, de Luis A. Medeiros e Paulo Pereira da Silva.

O problema do movimento sindical não reside na negociação com o patronato *tout court*. Alias, negociar, negociar, esse tem sido o papel clássico das organizações sindicais e operárias, ao longo dos séculos. Hoje, na verdade, negocia-se tudo: a defesa do emprego, a flexibilização da jornada de trabalho, os pacotes de demissões voluntárias, a reestruturação produtiva, a redução dos salários e a precarização do trabalho e implementam-se as políticas de parcerias com o capital. A questão é bem outra: o problema é que os dirigentes sindicais continuam negociando com o capital, com base numa postura de concertação social, saem perdendo, mas continuam insistindo que ganharam, que saíram vitoriosos...

Esse tipo de sindicalismo aderiu, com todas as letras, ao neoliberalismo. Já faz algum tempo, que este tipo de sindicalismo tem se caracterizado não como defensor dos interesses dos trabalhadores, mas do patronato e dos planos recessivos e de exclusão impostos pelos últimos governos. Essa tem sido a tônica do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e da central Força Sindical: desregulamentação dos direitos dos trabalhadores, defesa da flexibilização da jornada de trabalho e redução dos salários, terceirização, precarização do trabalho, contratos temporários e parciais, etc.

Estamos falando de uma outra vertente do sindicalismo, baseada na Central Única dos Trabalhadores (CUT), que brotou das grandes lutas e das greves, de ocupação de fábrica, numa conjuntura em que muitas vezes consegue expressivas conquistas para os trabalhadores. Este tipo de sindicalismo de uns anos para cá, mais precisamente nos anos 90, passou a assumir posturas marcadamente defensivas; um sindicalismo de inteligência, mais afirmativo e propositivo, de diálogo, de consenso e de concertação, que não tem avançado na perspectiva da defesa incondicional dos interesses históricos dos trabalhadores.

Um exame mais acurado desse quadro, não nos autoriza a assumir nem bem uma postura catastrofista e nem reformista, tocante às mudanças no mundo do trabalho, os impasses e alternativas dos sindicatos e a lógica destrutiva do capital globalizado/mundializado. Inúmeros estudos de especialistas da sociologia do trabalho sobre a crise e recentes transformações nos processos de trabalho - não nos conduzem a afirmar que vivemos o “fim anunciado apocalipticamente - da sociedade do trabalho” e, com ela, o prognóstico catastrofista do “fim do sindicalismo”. Mas uma coisa tem nos chamado atenção: o movimento sindical, nos marcos de uma economia globalizada, não pode ficar restrito apenas ao espaço fabril. Isso não significa abandonar a perspectiva classista de continuar lutando pela organização das comissões de fábrica, CIPAS combativas, organismos independentes de classe. O que - para o conjunto do movimento dos trabalhadores - poderia se traduzir numa postura política que possibilitasse avançar em direção à construção de uma

alternativa “para além do capital”. Essa não tem sido a prática do sindicalismo nos últimos anos!

De uma perspectiva inovadora, uma das saídas para o sindicalismo - além de romper definitivamente com o velho peleguismo e todas as práticas corporativistas, burocráticas, conciliatórias (destruição da velha estrutura sindical) - parece apontar no sentido de incorporar, à sua agenda, o diálogo com outras forças políticas e sociais, com outros movimentos sociais urbanos, com o MST, o Movimento dos “Sem Teto” (*homeless*), os desempregados, os excluídos, os terceirizados, os trabalhadores em tempo parcial, precarizados, etc. Como bem lembra Bihl (1998:236):

o movimento operário só pode renascer hoje se avançar com os dois pés no chão, se lutar tanto fora quanto dentro do trabalho. O sindicalismo deve, então, por sua vez, preocupar-se com o que se passa além da simples esfera do trabalho e das empresas, que constitui seu terreno imediato de ação e de preocupação. Necessária, essa ampliação do campo de ação tradicional do sindicalismo mostra-se, entretanto, insuficiente para exigência enunciada. E isso por razões que dependem tanto da multiplicidade quanto da especificidade dos terrenos e das disputas das lutas que devem ser conduzidas fora do trabalho (...) Somente organizações sindicais que privilegiem o interprofissional em relação ao profissional e não confinem sua reflexão e sua ação estritamente ao campo das empresas estão (...) em condições de se inserir em uma estratégia de contrapoder e de contribuir para seu êxito.

Uma das contradições vividas pelo movimento sindical (sobretudo o *cutista*, o chamado “novo sindicalismo”) é que, ao mesmo tempo em que se propunha a lutar contra o sindicato oficial de Estado, a velha estrutura sindical corporativa, não foi capaz de levar a cabo esse combate até as últimas conseqüências, limitando-se apenas a algumas “reformas” no âmbito desta. Ou seja, os sindicatos continuaram verticalizados, atrelados ao Estado, enquanto isso, as empresas se horizontalizaram, tornaram-se flexíveis, mais competitivas. Afinal, essa é a lógica do capital. Por outro lado, ninguém sabe bem quantos sindicatos existem hoje no Brasil. Mas, de acordo com órgãos do governo, entidades sindicais, estima-se em cerca de **19** mil sindicatos, que, na sua grande maioria (de 70-80%) não representam os interesses dos trabalhadores. São os sindicatos de **carimbos**, que servem para manter as burocracias sindicais. Sem quase nenhuma representatividade ou importância política, que não organizam e nem mobilizam os trabalhadores, e vivem às custas do imposto sindical e de taxas sindicais confederativas, descontadas, no mais das vezes, à revelia dos trabalhadores. Agora, mais uma vez, o Estado se coloca como responsável pelo fim da “velha” estrutura sindical. Nesse clima de pós-modernidade, de ofensiva neoliberal, o governo Lula vem anunciando um “pacote” de mudanças que dizem respeito diretamente ao fim do imposto sindical, da unicidade sindical etc. Enfim, mais uma “nova” estrutura sindical, imposta pelo Estado, tende a surgir nos próximos anos.

Não são poucos os autores e pesquisadores que, nas últimas décadas, têm se debruçado sobre grandes temas que permeiam as mudanças ocorridas no seio da sociedade capitalista contemporânea. O desenvolvimento histórico do capitalismo, em múltiplas dimensões, sociais, culturais, políticas, ideológicas e econômicas, permitiu aos estudiosos das ciências humanas, os cientistas sociais, cunharem novas terminologias, neologismos, para expressarem de forma adequada, as sucessivas mudanças vividas pelo conjunto da humanidade. Sob o impacto dessas mudanças operadas em todo mundo, é que verificamos o que alguns convencionaram chamar de passagem da modernidade à pós-modernidade, do modernismo ao pós-modernismo, da sociedade moderna à sociedade “pós-industrial”. São as novas configurações, as novas determinações do capitalismo. Ou, como insistem alguns teóricos, a “era da globalização“, do “globalismo”, das sociedades globais, mundialização do capital, da transnacionalização.

O movimento operário surgiu com o próprio advento do capitalismo; e com ele surgiram o sindicalismo, as prática sindicais, as organizações e associações de trabalhadores. Os sindicatos de trabalhadores são formas instituições da ação coletiva dos produtores diretos. São instâncias organizativas decorrentes do movimento associativo, criadas para compensar a fraqueza do trabalhador, atomizado na sua relação contratual com o capital. As experiências históricas indicam que os sindicatos podem ter diferentes identidades: a) identidade institucionalizada pelo capital ou pelo Estado, que corresponde à definição clássica de Sidney Webb: "... associação cujo objetivo é manter ou melhorar as condições de emprego e, especialmente, do preço do trabalho". A existência do sindicato é aceita, reconhecendo-se, previamente, a legitimidade e o poder do capital e do Estado de estabelecerem as condições e regras dos contratos e de limitarem os objetivos e as possibilidades de ação. O sindicato é concebido e tolerado como instância de representação profissional para reivindicar demandas econômicas limitadas à esfera da empresa; b) identidade autoproduzida: neste caso, a aglutinação das forças individuais extrapola a função de negociação dos salários, assumindo um caráter dinâmico, não só de resistência, mas de contestação do poder do capital, de construção permanente e ampliada da dignidade e da liberdade em termos coletivos. A identidade autoproduzida pode corresponder a perspectivas ontogênicas radicais, configurada no ideário do sindicalismo revolucionário, ou à idéia de que os sindicatos são instituições intermediárias e indispensáveis, articuladas a outras forças

sociais de resistência do poder ou de sua transformação, bem como de criação coletiva (partidos, associações, etc.).

Seguindo essa lógica, os sindicatos raramente existem e atuam de forma isolada. É a rede de relações tecida com instituições de outros níveis (federações, confederações e centrais) que constitui a Organização Sindical. Esta recobre realidades muito diferenciadas, devido às especificações dos contextos sócio-políticos. Os sindicatos podem se organizar por ramo, por categoria e por empresa, e a estrutura sindical pode fundamentar-se no sindicato único (no caso do Brasil) ou no pluralismo sindical (modelo europeu). A organização sindical pode desenvolver-se num contexto de liberdade de organização, como é o caso de boa parte dos países que compõem a OCDE, sendo os sindicatos reconhecidos como representantes de interesses específicos dos trabalhadores, procurando maximizar os ganhos salariais dentro do Sistema de Relações Industriais. Em outras circunstâncias, o sindicalismo pode desenvolver-se em situações tuteladas pelo poder político, como ocorreu na ex-URSS, na Espanha franquista, no Portugal salazarista e no Brasil até 1988. Neste caso, os sindicatos adotaram funções de enquadramento e de subordinação das reivindicações dos trabalhadores aos interesses definidos pelo Estado e pelo regime político. Nessas situações, é comum o corporativismo assumir a sua dimensão mais medíocre e prejudicial aos interesses do conjunto dos trabalhadores.

O sindicato, forma específica do movimento associativo dos trabalhadores, surge com a constituição da classe operária ao longo do processo de expansão do capitalismo industrial na Europa, particularmente na Inglaterra. As formas originais que apareceram nessa época não resultaram da transformação das antigas corporações de ofícios nem das associações artesanais pré-capitalistas. As primeiras manifestações em defesa dos interesses dos trabalhadores ocorreram de forma espontânea, com a participação dos próprios trabalhadores.

Na Inglaterra, berço do capitalismo industrial moderno, as iniciativas operárias autônomas foram duramente reprimidas pelos patrões e pelo governo. O mesmo ocorreu na França revolucionária através da Lei Chapelier, de 1791, na Alemanha e no Império Áustro-Húngaro. Em toda Europa Ocidental e nos Estados Unidos, proliferaram-se as associações secretas e as associações de ajuda mútua (no Brasil, também) como formas de se contornarem as proibições legais e a repressão patronal e estatal.

No final do século XIX e começo do XX, surgiram os grandes movimentos grevistas, a militância política organizada, o militantismo revolucionário, que tinham como meta a organização autônoma dos trabalhadores, tanto no que diz respeito ao patronato como em relação ao Estado burguês. Assim, surgiram as grandes mobilizações contra a exploração capitalista, na Europa, nos Estados Unidos e América Latina, inclusive no Brasil. Em todas essas regiões, em maior ou menor grau, os trabalhadores procuram se organizar livremente, com o objetivo claro de se contrapor à exploração desenfreada da força de trabalho, às injustiças sociais e às péssimas condições de vida e de trabalho.

No Brasil, por exemplo, até os anos 30, os movimentos anarco-sindicalista e socialista conseguiram manter o movimento sindical de forma livre e independente do Estado e dos patrões. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao governo, os sindicatos perdem sua autonomia e passam a ser atrelados ao Estado e controlados diretamente pelas leis oficiais. Com base numa política corporativista e de intervenção estatal sobre os sindicatos, os trabalhadores organizados, os militantes políticos e sindicalistas passaram a ser perseguidos duramente pela repressão policial. Até hoje, os sindicatos brasileiros continuam presos às amarras do que se convencionou chamar de sindicalismo oficial de Estado (Boito Jr., 1991). Alguns elementos constitutivos da velha estrutura sindical *mussuliniana*, ainda continuam de pé: a investidura sindical, a unicidade sindical - o sindicato imposto por lei, o imposto sindical, as contribuições assistenciais, descontadas à revelia dos trabalhadores.

Embora os movimentos grevistas do final dos anos 70 e 80, em todo País, tenham se contraposto ao arrocho salarial imposto pela ditadura militar, em certo sentido se defrontaram diretamente com a estrutura sindical oficial. Dessa onda grevista, brotaram várias entidades sindicais, comissões de fábrica, comissões de empresa, grupos de fábrica, que acabaram, no campo da esquerda, impulsionando a fundação da CUT e do PT. Surgiram outras centrais sindicais, que, fiéis ao velho peleguismo, assumiram posturas políticas de caráter mais conservador como a Força Sindical, a CGT, etc. Com exceção da CUT, as demais centrais sindicais não levaram adiante nenhuma luta contra a estrutura sindical oficial. A Força Sindical, por exemplo, surgiu como herdeira do sindicalismo *gangsterista* americano, do chamado "sindicalismo de resultados", que hoje se expressa na adesão ao neoliberalismo, na desregulamentação das conquistas históricas dos trabalhadores: acordos de terceirização, redução da jornada de trabalho com redução de salários e precarização do trabalho, subcontratação, acordos de terceirização, redução da jornada de trabalho com redução de salários e precarização do trabalho, subcontratação. Historicamente, nunca foi tarefa dos sindicatos defender os interesses do capital!

Justificativa

Este estudo procura apreender as principais mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas duas últimas décadas e, com elas, as implicações que tiveram nas condições materiais de existência, bem como no plano da subjetividade das classes trabalhadores e do movimento operário, em geral. Em síntese, pretende-se abordar as consequências dessas mudanças que tão profundamente tem afetado as condições objetivas e subjetivas da classe trabalhadora.

Marx e Engels (1998) já haviam afirmado que, historicamente, o capitalismo enquanto sistema de exploração da força de trabalho, não consegue sobreviver sem revolucionar incessantemente as forças produtivas, bem como às próprias relações sociais de produção. Na busca de maiores lucros, a indústria capitalista, inicialmente, procurou organizar o trabalho coletivo de base artesanal e manufatureira. O domínio técnico que parte dos operários ainda possuía sobre seu próprio trabalho, foi sendo cada vez mais com intensidade da divisão social do trabalho.

Persistindo na ampliação da divisão do trabalho, introduzindo a parcelização das tarefas (decomposição do trabalho em operações diferentes e complementares), utilizando cada vez mais máquinas e, já no século XX, adotando os princípios tayloristas e fordistas, o capitalista fez com que o conhecimento e a habilidade dos produtores diretos fossem apropriados pelo capital e utilizados na sua valorização (é o que Marx chamou de subsunção real e formal do trabalho ao capital). De protagonista principal do processo de trabalho, o antigo mestre-artesão passou a ser um "apêndice da máquina" (Marx); de artífice, passou a ser uma simples e descartável "peça na engrenagem" (Braverman).

Hoje, com o advento das inovações tecnológicas de base microeletrônica e organizacionais, o toyotismo, o modelo japonês, a especialização flexível, surge um novo tipo de trabalhador, poli valente, multifuncional (que opera 5, 10 máquinas ao mesmo tempo), e que nem por isso é mais qualificado que o trabalhador da era fordista, que levava vários anos para aprender uma profissão; enquanto, na nova fábrica, com o processo de reestruturação produtiva, o trabalhador leva algumas semanas, 3 a 4 meses, para aprender uma profissão; operar uma máquina de comando numérico, um centro de usinagem, entre outras. Ou seja, sob essa lógica do capital mundializado e da globalização da economia capitalista, não há lugar para todos; enquanto uns poucos se qualificam, a grande maioria se desqualifica (é uma espécie de *darwinismo* social, onde só os mais aptos sobrevivem). Com

isso, ocorre o desemprego tecnológico ou estrutural que, por sua vez, conduz ao subemprego, ao trabalho precário, à terceirização, ao trabalho informal, desregulamentado.

Com o advento das inovações tecnológicas e organizacionais, em cada época, o capitalismo tem funcionado como uma pletora, procurando manter-se graças à exploração de uma grande massa de mais-valia absoluta e relativa, arrancada de maneira despótica do trabalhador assalariado. Nesse sentido, o trabalho assalariado tem funcionado como uma espécie de veia aorta do capital; este, por sua vez, enquanto trabalho morto - acumulado no processo produtivo -, suga, como um vampiro, cada gota de sangue do trabalho vivo tomado da força de trabalho. Mas o capital não se contenta apenas com a exploração da força de trabalho. No processo produtivo, o capital, trabalho morto, submete seu criador; a força de trabalho vivo passa a ser substituída celeremente pelas inovações tecnológicas e organizacionais. O capital constante, a tecnologia, está substituindo o capital variável, está substituindo a principal força produtiva: o trabalhador assalariado. Em consequência, milhões de trabalhadores perdem seu emprego em toda parte do mundo.

Segundo alguns pesquisadores, o desemprego atinge cerca de 800 milhões só na periferia do capitalismo. Nos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento dos Países em Desenvolvimento), os mais industrializados do planeta, o desemprego atinge cerca de 40 milhões. Já não é a força de trabalho não qualificada que é eliminada das empresas. Os trabalhadores qualificados também continuam perdendo seus empregos: na Alemanha, atualmente, conforme dados fornecidos pelo filósofo André Gorz (visceral defensor da tese do fim da centralidade do trabalho ou do fim da sociedade do trabalho) quase um milhão de operários qualificados e 75.000 engenheiros, economistas de empresa, físicos e químicos, na sua maioria com menos de 35 anos de idade, estão sem emprego. O desemprego dos trabalhadores qualificados triplicou em dez anos e aumentou mais rapidamente que a taxa de desemprego total. 75% dos diplomados universitários alemães só encontram trabalho pouco ou não qualificado. Na França, 25% dos novos desempregados, recenseados em 1992 e 1993, fizeram pelo menos dois anos de estudos superiores e 50% têm pelo menos o "*baccalauréat*" (exame que os estudantes franceses fazem no final do liceu). A situação também não é diferente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. 30% dos estudantes americanos que vão se graduar entre agora e o ano 2005 engrossarão diretamente as fileiras dos desempregados ou subempregados.

De um total de 35 milhões empregos criados nos Estados Unidos de 1972 a 1993, 34 milhões são empregos de serviço e a metade deles se refere a reparos e pequenos comércios. Reparos e comércio de miudezas, juntos, representam 45% dos empregos americanos. Na

Grã-Bretanha, o número de empregos em tempo integral não tem cessado de diminuir desde 1979. Atualmente, 90% dos empregos criados são precários, em tempo parcial e com salário parcial (contra 65% durante os anos 80). Esses empregos "fora das normas" representam 28% do emprego total. As mesmas proporções se encontram nos Estados Unidos (Gorz, 1995; 2003; 2004; 2005).

Ou seja, o núcleo representado pelos trabalhadores estáveis, permanentes, não cessa de diminuir, enquanto o número de trabalhadores precários, terceirizados, em tempo parcial, cresce vertiginosamente. Este quadro expressa bem a crise estrutural *vivida* pelo capital. É o que o filósofo marxista húngaro, István Mészáros, chamou de "*continuum* depressivo", de uma recessão de "mergulho duplo (*double dip*) ou triplo", onde uma recessão se segue a outra e que não pode ser mantida indefinidamente, porque, ao final, ela reativa violentamente as explosivas contradições internas do capital e existem certos limites absolutos a considerar nesse aspecto. Estamos falando da "crise estrutural do capital, que é um problema tão sério quanto a crise do capitalismo" (Mészáros, 1995; 2002).

Com isso, ao contrário do que prenunciam alguns estudiosos do mundo do trabalho, intensificam-se as contradições de classes e a anarquia na produção, que se expressam nitidamente nas formas antediluvianas de super-exploração, bem como no desemprego estrutural, na desregulamentação das conquistas históricas dos trabalhadores, no trabalho em tempo parcial, na precarização das condições de trabalho, na terceirização, e na miséria crescente e pauperização crônica - grassa desde os países centrais aos países periféricos. Para manter-se, o capital cria também outras formas de controle social, tais como: controle efetivo da produção, controle dos tempos e movimentos, novas formas de gestão da força de trabalho, flexibilização do trabalho, reestruturação produtiva (CCQ, TQC, JIT, Kanban, Trabalho Participativo, Trabalho em Grupo, Células e "Ilhas" de produção, etc) (Oliveira, 2004; Dal Rosso, 2008).

Como se não bastasse tal agressividade, o capital também tem investido pesado em práticas ideológicas, sofisticadas, de convencimento, cooptação, envolvimento e individualização dos trabalhadores, etc. Nesse contexto, para dar continuidade à reprodução ampliada do capital, o sistema capitalista de exploração aposta em uma nova racionalidade produtiva, buscando, assim, atingir novos padrões de acumulação. No âmbito do mundo do trabalho, as práticas tradicionais tayloristas, fordistas, stakhanovistas são ultrapassadas pelos novos métodos de gerenciamento, tais como o chamado "modelo japonês", o toyotismo, o modelo sueco, a "especialização flexível" (do norte da Itália), etc. O que ocorre,

dialeticamente, de forma desigual, combinada e contraditória, dado que não é possível se falar de "modelos" universais, puros (Soares, 1996; 2006).

Contudo, vale ressaltar que, quaisquer que sejam os "modelos" tecno-organizacionais, impostos pelo capital, eles funcionam como formas de exploração de mais-valia relativa e absoluta (e como controle social do capital sobre o trabalho). O capital, não esqueçamos, é uma relação social coercitiva. Nesse sentido é que o podemos considerar o toyotismo como "um dos momentos importantes do processo de subsunção real do trabalho ao capital, que atinge as grandes empresas, num cenário de competitividade global sob a regência de políticas neoliberais, pode ser caracterizado, ainda, como uma ofensiva do capital na produção. "(...) A crise do capital tende a tomar adequado, para as condições novas de acumulação capitalista mundial, o modelo japonês. Deste modo, as condições sócio-históricas, onde nasceu o toytismo, um capitalismo de escassez, de mercado restrito, moldaram-no como um conjunto de princípios adequados para o período do capitalismo em crise. Mais do que uma simples escolha ideológica, a adoção do paradigma toyotista é uma simples necessidade objetiva da lei da acumulação nas condições vigentes sob o capitalismo tardio em crise" (Alves, 2000). O toyotismo é uma forma (entre outras) de exploração implementada pelos capitalistas, que tem funcionado como uma tentativa de atenuar os efeitos da própria crise do capital mundializado (Gounet, 1999; Antunes, 1995; 1999).

No limiar do século XXI, com as mudanças no mundo do trabalho, a descentralização produtiva, as novas práticas de gerenciamento, o processo de globalização, surge uma nova forma de produzir mercadorias, uma nova fábrica do futuro, enxuta; uma nova empresa, que tende a ser cada vez mais desverticalizada, deshierarchicalizada, com uma gerência aparentemente mais democrática e mais transparente.

Gitahy (1994) e Castro (1990; 1994 e 1995) têm assinalado que o processo de modernização do parque industrial brasileiro vem se desenvolvendo, ao longo dos anos 80 e 90, sob um ambiente de forte crise, desemprego, recessão e instabilidade econômica. Para Gitahy, o processo de reestruturação produtiva, as mudanças tecnológicas e organizacionais estão acontecendo em nível internacional, o que "aponta para a constituição de um novo paradigma de organização industrial, qualitativamente diferente do modelo taylorista-fordista". Segundo a autora, o processo de inovação tecnológica e a difusão de novas técnicas organizacionais têm afetado não só sua organização, bem como as políticas de gestão da força de trabalho e a estrutura de emprego. Ao tentar mapear o atual quadro do debate, as diferentes posturas e abordagens existentes - no âmbito da crise dos velhos padrões de acumulação - Gitahy procura situar as implicações sociais do processo de

automação microeletrônica e o advento das inovações tecnológicas e organizacionais, a partir dos seguintes pontos:

I. a crise atual é resultado do esgotamento do modelo de crescimento e de relações político-sociais que se afirmam internacionalmente após a 1ª Guerra Mundial, modelo este associado a uma determinada "matriz", "padrão" ou "paradigma" tecnoeconômico, ou de organização industrial;

II. esta crise aponta para um processo de profunda reestruturação do aparato produtivo e das relações políticas e sociais, cuja análise não pode reduzir-se à dimensão econômica, mas tem que levar em conta as variáveis sociais, políticas e culturais;

III. para evitar o determinismo tecnológico, é preciso desenvolver um enfoque que considera a gênese e a história da produção social da ciência e da tecnologia;

IV. nesse processo de mudança está emergindo um novo "padrão", "matriz" ou "paradigma" tecnoeconômico, cujo carro-chefe é a incorporação de tecnologias intensivas em informação com base técnica na microeletrônica;

V. neste novo padrão de reestruturação, altera-se a divisão internacional do trabalho, assim como sua divisão social e sexual, e modificam-se as relações sociais de produção e reprodução humana - estruturas familiares (Gitahy, 1994).

Na verdade, Gitahy sugere que as mudanças ocorridas na última década e meia são de tal monta que acabaram alterando sobremaneira as formas sob as quais as indústrias passaram a produzir mercadorias. Essas mudanças têm assumido características diversificadas e heterogêneas. Os padrões produtivos foram alterados: se o parâmetro determinante, na década de 70, era produzir "quantidade", agora a palavra-chave é produzir "qualidade". Na abordagem de Gitahy, o êxito das empresas, ao introduzir determinadas técnicas japonesas, tem se viabilizado graças à estratégia eminentemente sistêmica adotada. A autora resume, assim, o atual quadro de mudanças: "O aumento das exportações, por um lado, e o aumento da concorrência do mercado interno, por outro, colocaram na ordem do dia para as empresas a necessidade de elevar seu nível de produtividade e eficiência" (...) Esse quadro, em que a instabilidade econômica do país e a retração do mercado interno se associam à intensificação da concorrência internacional, tem induzido as empresas a se reestruturar, mediante a introdução de um conjunto de inovações de produto e de processo, e de relações entre clientes e fornecedores, inspiradas no modelo japonês. Atualmente, o *just-in-time*, o Kanban e a 'produção flexível' fazem parte da linguagem comum dos profissionais do setor (...) quanto ao padrão tecnológico, observa-se a introdução de inovações de produto e de processo (utilização de sistemas CAD/CAM/CAE, robôs, máquinas-ferramenta,

CNC, just-in-time, celularização de produção, tecnologia de grupo, sistemas de qualidade total com utilização de CEP) (...) Esses esforços de reestruturação mais integrados se manifestam na introdução de algum tipo de Programa de Qualidade Total" (Gitahy, 1994).

Castro (1994), a partir da literatura pesquisada mais recentemente, e seguindo a mesma linha de argumentação de Gitahy, retoma a tese de que está em fase de gestação, na indústria brasileira, um "novo paradigma de organização da produção e do uso do trabalho". A introdução de uma série de elementos do modelo japonês (JIT, Kanban, Kaisen, TQC, CEP, Manutenção Preventiva Total, Células de Produção, Trabalho em Grupo, etc.) tem causado grandes impactos nas relações entre trabalho e capital. Entre as conseqüências emergentes desse "novo paradigma", dessas novas mudanças, Castro ressalta aqueles que mais têm incidido diretamente sobre o mercado de trabalho e a organização dos trabalhadores no período compreendendo 1989/1993. Dentre as características mais importantes dessas mudanças, estão:

- o fenômeno do desemprego que adquire grandes proporções, atingindo desde parcelas significantes do trabalho não-qualificado e semi-qualificado;
- grande redução do emprego industrial que não se restringe a um mero ajuste quantitativo, posto que envolve a contração do trabalho não qualificado e semi-qualificado;
- redução do número de trabalhadores com carteira assinada;
- redução do poder dos sindicatos, sobretudo dos mais organizados, já que estes resultados ocorrem, com mais freqüência, nos ramos industriais mais modernos e organizados da economia (Castro, 1994; Druck, 1999).

Sob a perspectiva de Castro, a política de reestruturação produtiva, adotada pelas empresas nos anos 90, está ligada à estratégia de enxugamento do quadro de funcionários e a redução dos níveis hierárquicos (*downsizing*), além do processo de terceirização da força de trabalho e descentralização produtiva, cujo objetivo é alcançar uma produção mais "enxuta" (*lean production*).

Do ponto de vista do trabalho, na sociedade contemporânea, o processo de reestruturação produtiva tem criado uma série de demandas que provocam transformações nas formas de organização do trabalho. Uma primeira demanda coloca a necessidade de um novo "modelo" de trabalhador, com capacidade de lidar com tecnologias e processos mais flexíveis, e exige dele, também, uma maior flexibilização. Esses aspectos redefinem o caráter da

qualificação para o trabalho, aliando a experiência dos trabalhadores aos conhecimentos técnicos. Tal fato sustenta-se na idéia do trabalhador polivalente e participativo.

Na sociedade capitalista, segundo Marx, o processo de exploração ocorre da seguinte maneira: o trabalhador, que dispõe apenas da sua força de trabalho, se vê obrigado a vender sua força de trabalho - ao capitalista - para não morrer de fome. O capitalista compra, no mercado de trabalho, a força de trabalho, e não o trabalho realizado. A força de trabalho torna-se, assim, uma mercadoria, mas o trabalhador, não (Cattani, 1997). Através do processo de exploração, o capitalista se apropria do excedente, do sobretrabalho, que Marx chamou, também, de mais-valia, trabalho não-pago. O que caracterizaria a assim chamada exploração do homem pelo homem!

Nesse processo de produção capitalista, o trabalhador, que não possui os meios ou instrumentos de produção, acaba se alienando. O processo de alienação ocorre no momento em que um indivíduo, um grupo, uma instituição ou sociedade se tornam ou permanecem alheios, estranhos aos resultados ou produtos de sua própria atividade. O trabalhador se defronta com o produto de seu trabalho como um objeto que lhe é estranho, com o qual não mais se identifica. Tal alienação se manifesta em diferentes níveis. Em primeiro lugar, a realização aparece como perda de realidade; em segundo lugar, a objetivação surge como perda do objeto; e, finalmente, a apropriação surge como desapropriação. A alienação do produto do trabalho implica alienação da natureza, que fornece ao trabalhador não apenas matéria de seu trabalho, mas também os meios de sua subsistência física. Dá-se, dessa forma, uma perda dupla e uma sujeição dupla do operário à natureza, porque, como trabalhador, deve à natureza os meios do trabalho, e porque recebe cada vez menos meios de subsistência. O trabalho alienado constitui uma atividade exterior ao sujeito, à natureza do homem, de modo que o operário só se realiza fora da esfera do trabalho. Além disso, constitui uma atividade forçada, que não lhe pertence, mas pertence a outrem. Aqui, não é o objeto que se torna estranho, mas o próprio trabalhador que se torna estranho, mas o próprio trabalhador que se torna estranho a si mesmo ("sente-se em casa, quando não trabalha; e trabalha, quando não se sente em casa"). A alienação conota a situação em que os atores sociais não falam em seu nome, não tem o domínio de seu próprio destino, não são incluídos no processo de decisão, mas são falados pelos outros e vivem sob o reino da heteronomia.

Objetivos Gerais

a) Analisar as mudanças no mundo do trabalho e suas implicações nas condições materiais de existência e na subjetividade das classes trabalhadoras;

b) Apreender as transformações do sindicalismo e do movimento operário contemporâneo no Brasil e em outros países.

Objetivos Específicos

a) Examinar as diferentes formas de flexibilização e de precarização do trabalho a partir de uma abordagem empírica;

b) Discorrer sobre os principais processos produtivos e as mudanças tecno-organizacionais implementados pelas empresas;

c) Destacar a produção acadêmica sobre as grandes mudanças no mundo do trabalho;

d) Problematizar as implicações das mudanças na legislação trabalhista e da reforma sindical propugnadas pelo governo;

e) Buscar relacionar a concepção de crise dos sindicatos e do movimento operário com o impacto das mudanças tecno-organizacionais e a crise do sistema capitalista.

Metodologia

Com este trabalho, procura-se operacionalizar com o aparato conceptual fornecido pela sociologia crítica, tomando-se por base o método dialético. No plano da pesquisa sociológica, o ponto de partida é, como bem expressa o título, apreender as principais mudanças no mundo do trabalho na contextualidade do quadro da crise vivenciada pelo movimento operário e sindical brasileiro nas últimas décadas.

Nesse sentido, parte-se das relações sócio-metabólicas que os homens e mulheres estabelecem entre si no processo de produção e de reprodução das condições materiais de existência. Ou de um modo mais geral, do processo de trabalho no desenvolvimento da história humana. Isso significa que o modo de produção tem seu curso no desenvolvimento da História. Não é estático, invariável se transforma. Parte-se de premissas com bases reais, tomando-se por referência sempre os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontraram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação essas bases são pois verificáveis por via empírica” (Marx e Engels, 1998: 10).

Segundo Viana (1998), “o objetivo do método dialético é descobrir a essência do fenômeno, ou seja, sua determinação fundamental, privilegiando o seu processo de

transformação, sua historicidade. Tal processo histórico ocorre independentemente da consciência, vontade e intenção dos indivíduos; este processo não possui apenas uma determinação e sim diversas determinações e estas determinações gerais não são sempre as mesmas, pois cada modo de produção específico possui suas determinações específicas, cada forma de sociedade possui suas determinações próprias e uma vez concretizado o processo de transformação a sociedade passa a ter outras determinações (Viana: 1988, 60). A perspectiva dialética parte da premissa de que “a realidade concreta não é uma substância estática numa unidade indiferenciada, mas, uma unidade que é diferenciada e especificamente contraditória; o conflito de contrários faz avançar a realidade num processo histórico de transformação progressiva e constante, tanto evolucionária como revolucionária, e, em suas transformações revolucionárias ou descontínuas, dá origem à novidade qualitativa autêntica” (Bottomore: 2001, 259). É através deste processo que se descobre as múltiplas determinações do concreto: “o concreto é o resultado de suas múltiplas determinações”!

É bem conhecida a passagem de O Capital em que Marx descreve a ciência como um processo de produção de conhecimento que vai além da aparência superficial das coisas. Assim, “toda ciência seria supérflua se a aparência externa e a essência das coisas coincidissem diretamente” (Marx, 1988). Ou seja, se o mundo das aparências fosse igual ao mundo das essências nunca haveria necessidade da ciência! O que significa que ir além das aparências não constitui tarefa simples. Em primeiro lugar, o fenômeno que existe por trás das aparências (ou os conceitos destes fenômenos) não estão simplesmente lá, esperando ser descobertos. Partindo da experiência, a ciência tem a tarefa de produzir os conceitos adequados a esses fenômenos ocultos. E, segundo, a ciência não permanece no estágio da conceptualização dos fenômenos essenciais ocultos; sua tarefa é produzir o conhecimento de como estes determinam e dão origem aos fenômenos que são aparentes, observáveis e conceptualizados na experiência cotidiana” (Fine & Harris: 1981, pp. 13-14).

Como o desenvolvimento da pesquisa tem caráter sociológico, para cumprir os objetivos propostos, pretende-se atuar junto a algumas instituições empresariais, entidades sindicais e movimentos sociais, com objetivo de buscar apreender as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, inovações tecnológicas e organizacionais e, a partir daí, observar mais detidamente os impactos dessas mudanças no movimento operário e sindical.

Em primeiro lugar, o trabalho de pesquisa consiste no levantamento de dados qualitativos e quantitativos, envolvendo a prática de questionários, entrevistas, palestras, fóruns de debates e seminários acadêmicos. A idéia é envolver os docentes-pesquisadores,

bem como alunos de graduação e iniciação científica que pretendam desenvolver estudos na área das ciências sociais e, em especial, no âmbito da sociologia do trabalho.

Um outro aspecto relevante deste trabalho é que, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, é buscar constituir parcerias e colaborações com grupos, centros, sindicatos, ONGs, empresas, corporações, instituições acadêmicas nacionais e internacionais. Estabelecer vínculos e cooperações com outros pesquisadores de universidades como USP, Unicamp, Uerg, UnB, entre outras.

Em segundo lugar, a temática deste projeto procura se constituir num eixo que pretende articular os vários objetos de estudo que vêm se desenvolvendo por professores e estudantes, participantes das linhas de pesquisa do CNPq, permitindo um aprofundamento dos conteúdos e das análises resultantes das pesquisas de campo e criando uma articulação teórico-metodológica entre os vários projetos de pesquisa existentes.

Por fim, procurar-se-á dar ênfase a um maior aprofundamento e sistematização conceitual a partir do levantamento de dados sobre as mudanças no mundo do trabalho, seguidas de práticas como a flexibilização e a precarização do trabalho, trabalho em tempo parcial, sub-contratação nos âmbitos do processo produtivo e do mercado de trabalho e da legislação trabalhista. Assim, compreende-se que seja possível abranger os aspectos centrais da produção acadêmica que vem se desenvolvendo ao longo do período a ser pesquisado.

Resultados Esperados

O objeto de estudo da sociologia é a sociedade e, com ela, as relações, os processos e as estruturas sociais. De acordo com Ianni (1987, p. 40) “todo fato social se caracteriza por ser um nexos de relações sociais”, sendo a interação social um fenômeno básico da investigação sociológica. Neste sentido, a interação social é, essencialmente, uma realidade dinâmica. Assim, parafraseando Marx, da mesma forma que a sociedade produz ela própria o homem como homem, ela é produzida por ele.

Sob essa perspectiva, espera-se, a partir da implementação desta pesquisa, fornecer dados qualitativos e quantitativos que possibilitem uma maior compreensão das mudanças no mundo do trabalho, bem como das relações sócio-metabólicas daqueles que “vivem do mundo do trabalho” e de suas organizações societárias. Demonstrar, por exemplo, que o novo mundo do trabalho e as organizações dos trabalhadores já não são os mesmos de uma década atrás. A classe trabalhadora é, numericamente maior, mas bem mais complexa e heterogênea. O que

tem dificultado sobremaneira o surgimento de projetos alternativos, a resistência dos sujeitos coletivos, a retomada das lutas sociais e a construção de uma nova sociabilidade.

Considera-se que os indicadores desta pesquisa possam explicitar e objetivar, a partir de dados empíricos, os principais aspectos envolvendo as mudanças no mundo trabalho e o que, na sociologia do trabalho, se convencionou chamar de crise do sindicalismo e do movimento operário. Por fim, será que os desdobramentos e contornos da crise - não possibilitam ao cientista social e ao pesquisador -apreenderem melhor a realidade objetiva, ao lançar luzes e novas perspectivas à sociologia, possibilitando-lhe compreender, com mais profundidade, a complexa dialética que envolve o novo (e precário) mundo do trabalho? De acordo Gramsci, a crise ocorre quando o velho está morrendo e o novo ainda não teve tempo de brotar!

Fontes Bibliográficas

ALMEIDA, L. F. Entre o local e o global: poder e política na atual fase de transnacionalização do capitalismo, in: Desafios da Globalização, Petrópolis, Ed. Vozes, 1997.

ALVES, G. Ofensiva neoliberal, toyotismo e fragmentação de classe, Universidade e Sociedade, São Paulo, 1996.

_____. O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo. São Paulo, Boitempo, 2000.

ANDERSON, P. Além do neoliberalismo, In: Pós-neoliberalismo. SADER, E. e GENTILI, P. (Orgs.), São Paulo, Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, R. Adeus ao Trabalho, São Paulo, Cortez Ed./UNICAMP, 1995.

_____. *et al.* Trabalho, Reestruturação Produtiva e Algumas Repercussões no Sindicalismo Brasileiro, in: Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos – Reestruturação Produtiva na Inglaterra e no Brasil, São Paulo, Boitempo Editorial, 1997.

_____. *et al.* A terceira alternativa, in: Dilemas da Atualidade, São Paulo, Centro de Estudos Sindicais - CES, 1997.

•

• BIHR, A. Da grande noite à alternativa: O movimento operário europeu em crise, São Paulo, Boitempo Editorial, 1998.

•

• BOGUS, L. M. M. Globalização e migração internacional: o que há de novo nesses processos, In: Desafios da Globalização, Petrópolis, Ed. Vozes, 1997.

•

• BOITO Jr., A. De volta para o novo corporativismo: a trajetória política do sindicalismo brasileiro, São Paulo Em Perspectiva, n. 3, jul.-set./1994.

_____. ***Hegemonia Neoliberal e Sindicalismo no Brasil, In: Crítica Marxista, n.3, São Paulo, Brasiliense, 1996.***

_____. O sindicalismo de Estado no Brasil, São Paulo, Ed. Hucitec, 1991.

_____. *Reforma e persistência da estrutura sindical, In: BOITO Jr. (Org.) O sindicalismo nos anos 80, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.*

BOITO Jr., A. A Crise do sindicalismo, In: SANTANA, M. A. e RAMALHO, J. R. (Orgs.) Além da fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social, São Paulo, Boitempo, 2003.

BRAGA, R. A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea, São Paulo, Xamã, 1996.

CATTANI, A. D. (Org.) Trabalho e tecnologia. Petrópolis, Vozes, 1997.

CHESSAIS, F. (1996) A mundialização do capital, São Paulo, Xamã.

_____. O capitalismo de fim de século, in: Globalização e Socialismo, São Paulo, Xamã, 1997.

_____. Rumo a uma mudança total dos parâmetros econômicos mundiais dos enfrentamentos políticos e sociais, in: Outubro, n. 1, São Paulo, Xamã, 1998.

_____. A emergência de um regime de acumulação financeira, in: Praga, n. 3, São Paulo, Ed. Hucitec, 1997.

COGGIOLA, O. e KATZ, C. Neoliberalismo ou crise do capital, São Paulo, Xamã, 1995.

CORIAT, B. Los desafios de la competitividad: globalización de la economía y dimensiones macroeconómicas de la competitividad, Buenos Aires, PIETTE, 1994.

DIAS, E. F. et al. Capital e trabalho: a nova dominação, in: A ofensiva neoliberal, reestruturação produtiva e luta de classes, Sindicatos dos Jornalistas de Brasília, dos Gráficos, dos Eletricitários e Centro de Educação Outubro, DF, 1996.

_____. A liberdade (im)possível na ordem do capital - Reestruturação Produtiva e Passivização, Unicamp, 1997.

DOWBOR, L. O projeto que nos falta, In: Dilemas da Atualidade, São Paulo, Centro Estudos Sindicais - CES/FITEE, 1997.

DREIFUSS, R. A. A época das perplexidades, Petrópolis, Ed. Vozes, 1997.

DURAND, M. Europa Occidental - Capital y Estados europeos, Inprecór, n. 27, nov. 1992.

FINE, B. e HARRIS, L. Para reler O Capital. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

FRIGOTTO, G. (org.) Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis, Ed. Vozes, 1998.

_____. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: Teorias em conflito, Petrópolis, Ed. Vozes, 1998.

FURTADO, C. O capitalismo global, São Paulo, Paz e Terra, (1998).

GENTILI, P. e SADER, E. (Orgs.) Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático, São Paulo, Paz e Terra, 1995.

GIDDENS, A. As conseqüências da modernidade, São Paulo, Editora UNESP, 1991.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, Atlas, 2002.

GORZ, A. Saindo da sociedade do trabalho assalariado, In: São Paulo em Perspectiva, n. 3, 1995.

_____. O imaterial. São Paulo, Annablume, 2005.

- _____. Miséria do presente, riqueza do possível. São Paulo, Annablume, 2004.
- _____. Metamorfoses do trabalho. São Paulo, Annablume, 2003.
- HOBBSBAWM, E. A era dos extremos: O breve século XX, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, O. A sociedade global, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1992.
- _____. Sociologia crítica. In: O saber militante – Ensaio sobre Florestan Fernandes. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- LENIN, V. e TROTSKY, L. A questão do Programa, São Paulo, Kayrós, 1979.
- _____. Obras escolhidas, v. 1, São Paulo, Alfa-Omega, 1979.
- LETIZIA, V. A relação Sindicato-Partido: Seu passado marxista e seu futuro. In: O incontornável Marx. Nóvoa, J. (org.). São Paulo, Unesp, 2007.
- MANDEL, E. Marx, La crise actuelle et L'Avenir du Travail Humain, Quatrième Internationale, n. 20, Tradução de José Almeida de Souza Jr., Xerox, 1986.
- _____. A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista, São Paulo, Ed. Ensaio/Ed. UNICAMP, 1990.
- MARQUES, R. M. Globalização e Estados nacionais, In: Crítica Marxista, n. 3, São Paulo, Brasiliense, 1996.
- MARINI, R.M. Proceso y tendencias de la globalización capitalista, In: Praga, n. 3, São Paulo, Ed. Hucitec, 1997.
- MARTINS, J. Globalização e perspectiva operária, In: Dilemas da atualidade, São Paulo, CES/FITEE, 1997.**
- MARX, K. e ENGELS, F. Obras Escolhidas, Vols. e 2, São Paulo, Alfa-Omega, s/d.
- _____. Manifesto del Partido Comunista, Obras, v. 9, Barcelona, Grijalbo, 1978.
- MARX, K. O Capital, São Paulo, Abril Cultural, 1984.
- _____. O Capital, Capítulo VI (Inédito), São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1978.
- MÉSZÁROS. István. Para além do Capital: rumo à uma teoria da transição, São Paulo, Boitempo Editorial, 2000.
- _____. Marxismo Hoje: Entrevista com I. Mészáros, Crítica Marxista, n. 2, São Paulo, Brasiliense, 1995.
- PETRAS, J. Ensaio contra a ordem, São Paulo, Scritta, 1995.

RAMALHO, J. R. Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil, In: Antunes, R. et al. (orgs.), Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: Reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil, São Paulo, Boitempo Editorial, 1997.

RODRIGUES, I. J. O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva. In: São Paulo em Perspectiva, vol. 9, n. 3, 1995.

_____. Comissões de fábrica e reestruturação produtiva, In: Arbix, G. e Zilbovicius, M. (orgs.), De JK a FHC: A reinvenção dos carros, São Paulo, Scritta, 1997.

_____. Sindicalismo e Política: A Trajetória da CUT, São Paulo, Scritta/Fapesp, 1997.

RODRIGUES, L. M. O Declínio das Taxas de Sindicalização: A Década de 80, Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS, n. 36, 1998.

_____. CUT: os Militantes e a ideologia, São Paulo, Paz e Terra, 1990.

DAL ROSSO, S. Mais trabalho! São Paulo, Ed. Boitempo, 2008.

SALAMA, P. e BORON, A. Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático, São Paulo, Paz e Terra. GEN.TILI, P. e SADER, E. (orgs.), 1995.

SANTOS, A.de O. A nova crise do sindicalismo internacional, In: ANTUNES, R. (Org.) Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006

SILVA, H. E. Estado, administração pública e tecnoburocracia no Brasil, Dissertação de mestrado apresentada à Fundação Getúlio Vargas - Escola Brasileira de Administração Pública do Rio de Janeiro, 1990.

SOARES, J. L. Sindicalismo no ABC Paulista: Reestruturação Produtiva e Parceria, Brasília, Editora Universa, 2006.

_____. O PT e a CUT nos anos 90: encontros e desencontros de duas trajetórias. Brasília, Fortium, 2005.

TAKAICHI, T. Matériel de référence sur le Toyotisme, Etudes Marxistes, n. 14, Bélgica, 1992.

TROTSKY, L. Escritos sobre sindicato, São Paulo, Kayrós, 1978.

_____. A história da revolução russa, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, Vol. I, 1978.

_____. Escritos (1932-33), t. iv, v. I, Bogotá, Ed. Pluma, 1979.

VIANA, N. Escritos metodológicos de Marx. Goiânia, Edições Germinal, 1998.

VISSER, J. Sindicalisme et Désyndicalisation, Le Mouvement Social, n. 162, jan/março/1993, França, Ed. Ouvrières, 1993.

WAINWRIGHT, H. Uma resposta ao neoliberalismo: Argumentos para uma nova esquerda, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.